



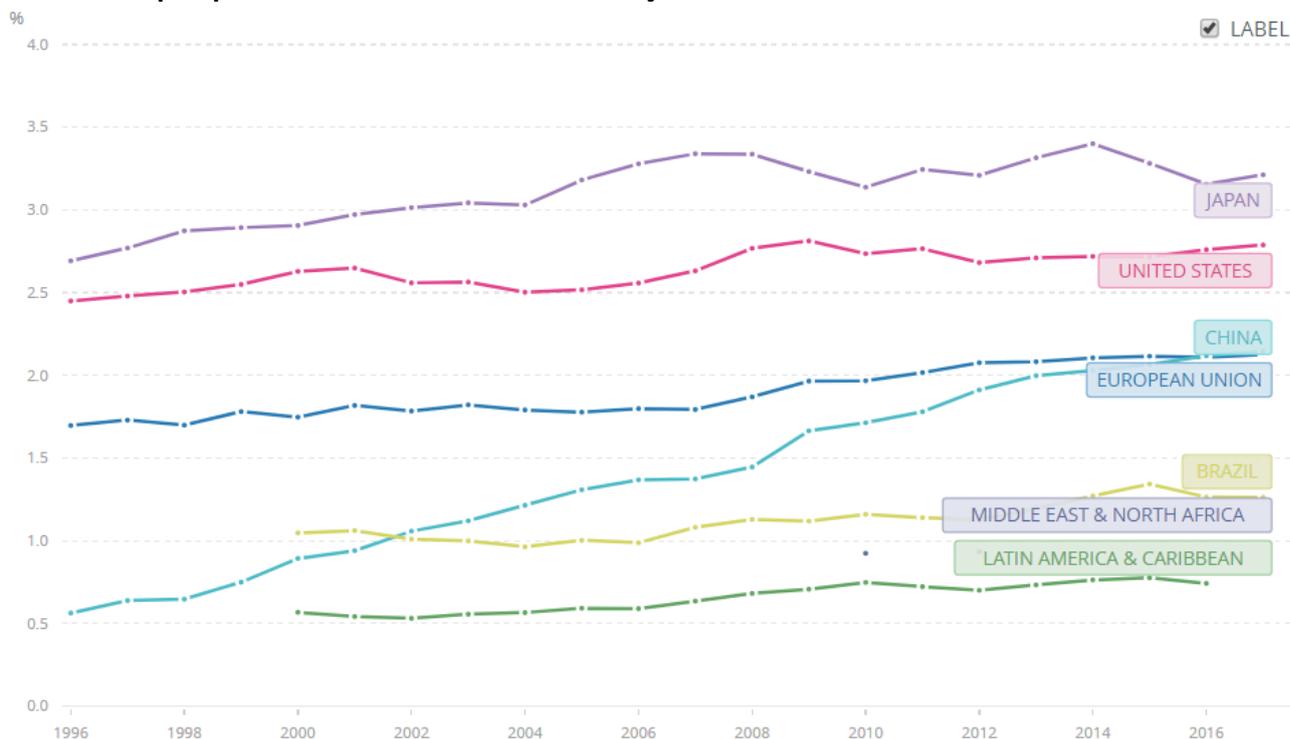
A desigualdade: Cooperação como uma oportunidade

A pandemia causada pela Covid-19, mais do que transformar a sociedade internacional, acelerará tendências que já vêm sendo construídas há muito tempo, mas, ainda careciam de um impulso que as permitissem ter o protagonismo que necessitavam. São os casos da valorização científica, da democratização tecnológica e da amplitude da pauta sustentável.

A tecnologia e a ciência mais do que nunca tem se mostrado como um bem essencial que dita não só as novas formas de emprego em um país, mas também a superação da crise e, principalmente, a sobrevivência no sentido social e econômico da população. É o digital frente ao físico; a inovação frente à falta de oportunidades. Todavia, todo esse cenário que vem se delineando nos últimos meses, aponta para uma realidade mais dura: a acentuada desigualdade entre os países do globo no que tange a capacidades econômicas, tecnológicas e científicas, uma herança dicotômica entre colonizadores e colonizados. Assim, a crise acelera a diferença entre “ganhadores” e “perdedores” em uma corrida proposta e regrada pelos que já saíram na frente.

Pode-se ver nos gráficos abaixo extraídos do Banco Mundial, a disparidade existente entre os países no que tange a investimento em ciência e tecnologia (pesquisa e desenvolvimento);

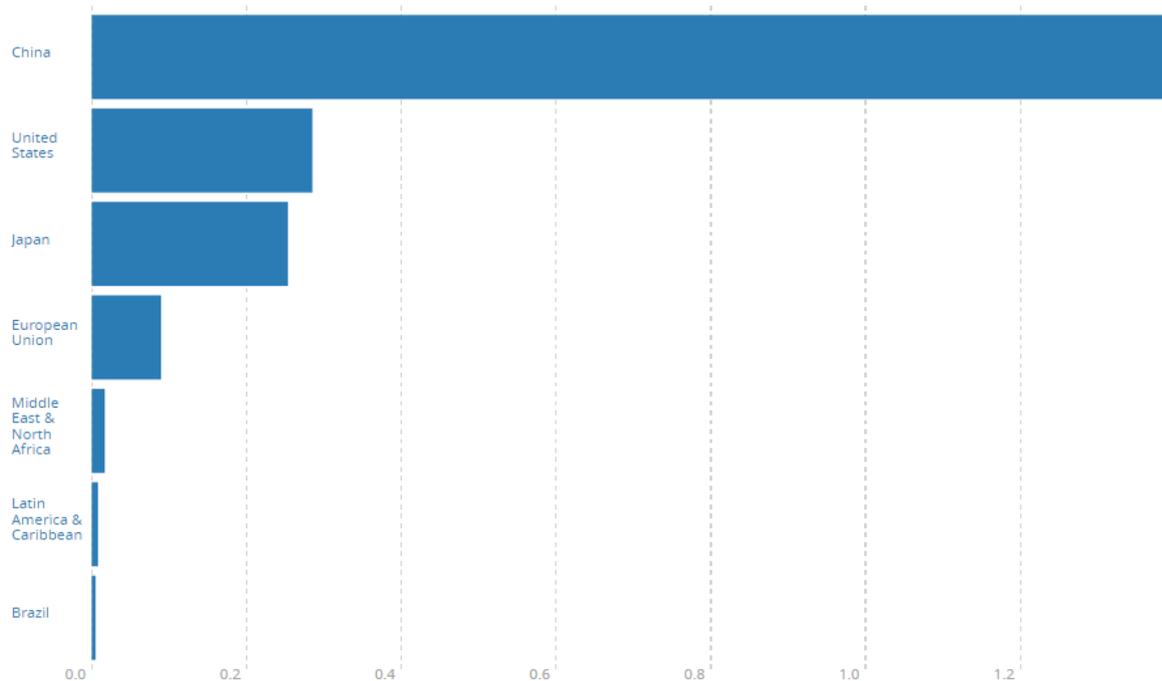
Gastos em pesquisa e desenvolvimento em relação ao PIB:



(Fonte: World Bank Data, 2020)

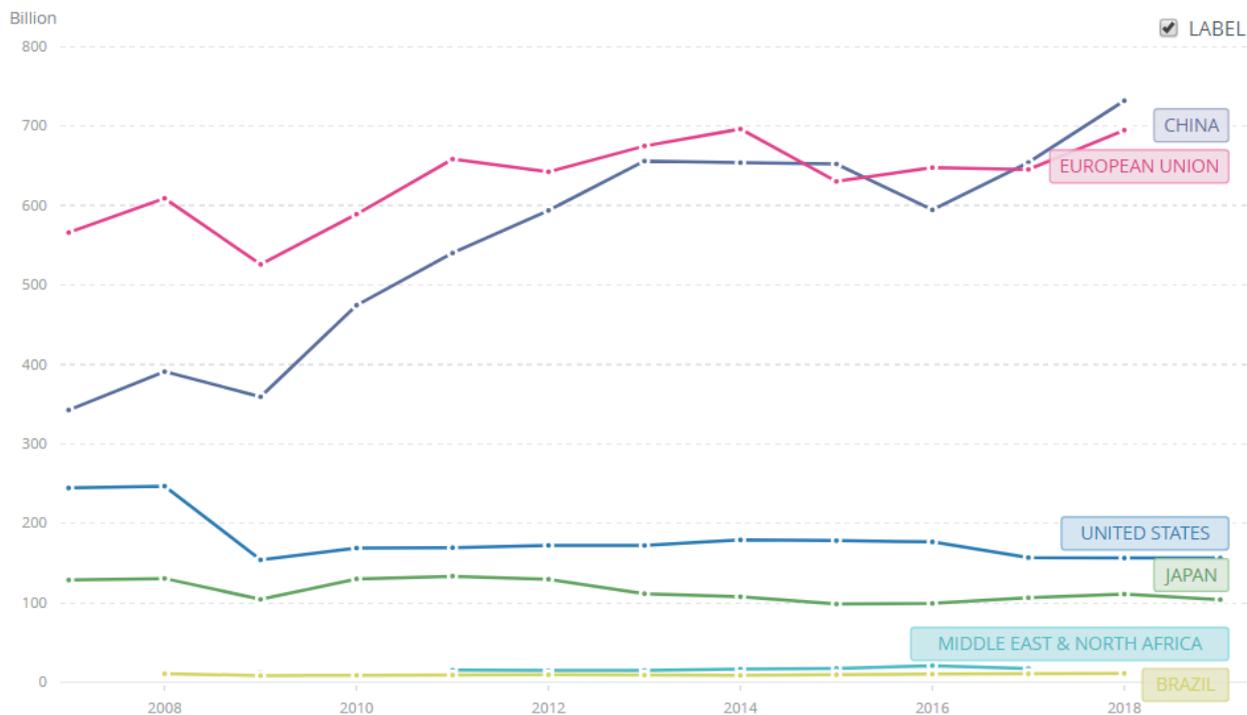


Pedidos de patente e propriedade intelectual (Milhões) 2018



(Fonte: World Bank Data, 2020)

Exportações de Alta Tecnologia (US\$ Bilhões) 2008-2018



(Fonte: World Bank Data, 2020)



Observam-se tensões entre as grandes potências mundiais China, Estados Unidos e países da Europa enquanto o desequilíbrio político, econômico e social que perpetua na América Latina e África é motivo de muito holofote e pouca ação efetiva. Como o Brasil, com tamanha instabilidade em sua história pode tomar medidas que equilibrem a balança? São soluções complexas que envolvem o reordenamento de diversas diretrizes que devem ser construídas. Todavia, há um ingrediente básico a todas que é cooperação entre estado e população, setores produtivos e governo, academia e empresas, entre o país e o sistema internacional por meio de suas relações exteriores.

Com relação ao contexto econômico nacional, há historicamente uma grande dependência do modelo extrativista e incentivos tímidos que impulsionem uma diversificação econômica, principalmente no âmbito da ciência e tecnologia. Sabe-se que o progresso econômico sustentável e bem distribuído é dependente e concomitante ao desenvolvimento social. Assim, faz-se necessário o reconhecimento do valor de investimentos em setores que trazem mais retornos do que desigualdade social, desgaste ambiental e concentração de recursos financeiros. A adoção de políticas e incentivos nesse sentido, no atual contexto do século XXI, é um fator basilar para a criação de um ambiente favorável para a realização de negócios, sustentabilidade financeira e progresso social.

Nesse contexto internacional, a cooperação pode ser uma ferramenta aliada dos governos para a ampliação de sua capacidade de resolução de problemas domésticos, desde que as políticas governamentais internas sigam nesse sentido e repercutam na diplomacia estatal. Há a possibilidade de captação de recursos por meio de projetos e programas com recursos externos. Recursos que, por sua vez, não precisam ser necessariamente financeiros. Com propostas estratégicas e bem elaboradas é possível financiar setores industriais, aprimorar a administração governamental, além de dar suporte às políticas públicas de educação, saúde e assistência social com a transferência não só de capital como de técnicas, conhecimento, maquinário, materiais e capacitações.

Assim, é possível recorrer aos agentes externos, sejam eles outros países ou organismos internacionais como as Nações Unidas e Banco Mundial, para a superação de impasses internos com a condição de não necessidade de reembolso dos recursos transferidos. A cooperação internacional surge, então, não da benevolência da ordem mundial, mas, pela compreensão de que os países subdesenvolvidos hoje foram amplamente atingidos pelos modelos de desenvolvimento adotados pelas grandes potências. Surge, ainda, pelo entendimento destes países de que há uma forte interdependência global, a qual a manutenção do subdesenvolvimento não traz, a longo prazo, prosperidade a ninguém, sendo, inclusive, contraprodutiva ao progresso econômico global.



A cooperação e articulação dos diversos atores que compõem a sociedade, a economia, a academia, a política, aliadas a uma ação de projeção internacional robusta desses processos, é portanto, a ferramenta básica para alavancar possibilidades que melhorem as condições sócio-econômicas de Minas Gerais. Não é tarefa fácil transformar a economia e assegurar condições dignas à população em meio a tantas necessidades emergenciais, mas é preciso encarar a recuperação considerando os próximos desafios do estado. As medidas devem ser guiadas para o fomento e atração de investimentos diversos, sendo compatível com o aumento da competitividade, aliado a um incremento do papel da ciência e tecnologia na economia estadual para a futura estabilidade das finanças.

**O estudo foi desenvolvido pela Diretoria de Promoção de Exportações (Dipex) e Assessoria de Cooperação Nacional e Internacional (ACI).*